



## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO BRASIL: EDUCAÇÃO BÁSICA

*Maria Vânia Bezerra de Almeida<sup>1</sup>  
José Felix dos Santos Neto<sup>2</sup>  
Sawana Araújo Lopes de Souza<sup>3</sup>*

### RESUMO

O presente artigo trata da organização do trabalho pedagógico na escola básica do Brasil, tendo como objetivo fazer uma análise reflexiva sobre as questões que envolvem a organização da educação pública básica em nosso país; considerando desde o início da educação, com a chegada dos portugueses ao Brasil, até os dias atuais. A análise, de como se deu todo o processo da educação básica no país, tem como foco delimitador a questão do dualismo perverso presente na escola pública básica: escola como veículo que atende as necessidades mínimas de aprendizagem e acolhe os excluídos. O método utilizado foi a leitura investigativa dos diversos materiais bibliográficos, como: livros, artigos e documentos legais que orientam a educação básica. Ao estudar sobre as demandas que envolvem todo o processo de educação em nosso país, verifica-se que a educação, ao longo dos anos, tem favorecido aos mais afortunados social e economicamente, pois visa capacitar e aprimorar os conhecimentos de uma classe, que por sua própria condição, já tem acesso à ciência, tecnologia e conhecimento de qualidade. Enquanto a escola pública limita-se a oferecer a socialização e o atendimento as necessidades mais emergentes dos educandos, em detrimento a aprendizagem de conteúdo. É possível concluir, a partir de todo material bibliográfico estudado, que a organização do trabalho na escola básica do Brasil tem fortalecido, ano após ano, uma escola centralizada no respeito às diferenças, no acolhimento e no atendimento às necessidades de sobrevivência, porém descomprometida com o conhecimento, a tecnologia e a ciência. E sabe-se que inclusão social, dentro da escola, desvinculada com a aprendizagem de qualidade é mero assistencialismo, remedeo de escola inclusiva, remedeo de educação para todos.

**Palavras-chave:** Escola pública. Dualismo perverso. Função social da escola. Educação assistencialista.

---

<sup>1</sup> Graduanda Maria Vânia Bezerra de Almeida graduada em pedagogia pela faculdade Unifeob. Mestranda em Ciências de Educação pela Ivy Enber Christian university. Email: [vania.almeida.bezerra@google.com](mailto:vania.almeida.bezerra@google.com)

<sup>2</sup> José Félix dos Santos Neto graduado em Pedagogia pela UFBP e mestre em educação pela UFPB. Email: [jfelixneto89@gmail.com](mailto:jfelixneto89@gmail.com)

<sup>3</sup> Savana Araújo Lopes de Souza, graduada em Pedagogia pela UFPB, mestre e doutora pela UFPB. Email: [savwanalopes@gmail.com](mailto:savwanalopes@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete sobre a organização do trabalho pedagógico na educação básica do Brasil e analisa, de forma breve, como se deu o início da educação em nosso país, com o objetivo de ampliar o olhar sobre os rumos da educação em nosso país. O trabalho está embasado em alguns dos principais autores que discorrem sobre o tema, como Libâneo, Oliveira e Tochi (2012), Saviani (1997), Ribeiro (2007), etc. O material bibliográfico discorre sobre a organização da escola básica no Brasil, enfatizando o dualismo da escola pública brasileira: educação pública como suporte social para a classe pobre e a educação centrada no conhecimento e na ciência para a classe rica. Destacando toda a problemática que envolve essa dualidade injusta e segregada. BRASIL [Constituição Federal (1988)], Art, 205. Estabelece que todos devem ter acesso à educação de qualidade:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É dever do estado e da família garantir que todos encontrem na educação a oportunidade de adquirir habilidades e competências que contribuam para seu desenvolvimento como cidadão social e como pessoa.

A educação brasileira ao longo dos anos, tem vivenciado mudanças, que agregam a escola pública características que a leva a assumir o papel de tentar combater a injustiça social, ampliar a ideia de educação para todos e reforçar a função social da escola dentro de uma sociedade desprovida de políticas públicas que atendam às necessidades de aprendizagem e ensino dos docentes, discentes e gestores.

A educação, ao longo dos anos, tem sido refém de políticas públicas que reprime o pensamento libertador do educando e engessa, também o educador, a práticas “bancária”, ou seja, ratifica o pensamento que conhecimento é simplesmente para se “armazenar” e não para transformar.



Para FREIRE (2015, P. 93) “a libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.”

Não cabe mais, em nossos dias, aceitar uma educação desvinculada com o conhecimento, separada do ato de conscientizar, libertar.

O dualismo perverso, da educação pública no Brasil torna ainda mais notório as desigualdades sociais, o declínio do ensino nas escolas públicas e a fracassada missão do ensino brasileiro: tornar iguais as diferenças. É inerente à educação propor libertação, levar a classe social, excluída em nosso país, educação de qualidade, conhecimento com significado.

FREIRE (2015, P. 95) afirma que “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados.”

A educação tem como objetivo primordial instigar os educandos a serem pensadores e não meros receptores de uma educação assistencialista descomprometida com a transformação.

As políticas públicas têm ao longo dos anos, apoiado as diretrizes da educação brasileira em ideias e ideais internacionais, que por sua vez, visa a definição de políticas e estratégias baseadas no desenvolvimento socioeconômico. A redução da pobreza no mundo são requisitos para que a população de baixa renda tenha acesso à educação, ao conhecimento. Libâneo, 2012.

Por se tratar de documentos elaborados por pensadores, em sua maioria europeus, vão de encontro às expectativas dos desfavorecidos socialmente e culturalmente no Brasil. Tais documentos, organizados e subsidiados pelo Banco Mundial, norteiam a educação brasileira baseados em políticas que ratificam a insuficiência da qualidade do ensino público. Segundo Brasil



(2013, p. 25) “a escola de Educação Básica é espaço coletivo de convívio, onde são privilegiados as trocas, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar de crianças...”

Ao incumbir à escola apenas a função de acolher, atender e socializar, função esta também importante, reforça-se o sofisma que educação para todos, limita-se apenas a atender as necessidades básicas de convívio e sobrevivência dos educandos. É função da escola pública oferecer e criar oportunidades reais de aprendizagem, que de fato, permita aos educandos acesso ao conhecimento, a ciência e a tecnologia. Sabe-se que é função crucial das políticas públicas custear uma educação, que devido a realidade social dos educandos em nosso país, também vá ao encontro de suas necessidades básicas de sobrevivência e convívio. Porém, essa parte da escola não deveria tornar-se o todo da educação, o único alvo a ser atingido.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2018, p. 15), declara que:

O Brasil ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Ao longo dos anos, a ideia de educação para todos, tem passado por processos que pouco favorecem ao papel da escola em oferecer um ensino de qualidade para as classes sociais desfavorecidas. Os documentos oficiais do país, sobre educação, estão longe de entrarem em um consenso sobre a função e os objetivos da educação pública na atual realidade da sociedade brasileira. As análises realizadas sobre o rumo da educação pública estão sempre focadas num contexto político e sociológico, que por sua vez, visam diminuir as desigualdades sociais por meio de uma educação assistencialista. (LIBÂNEO, 2012).

A relevância deste trabalho está associada, também, a necessidade de compreender a escola como uma prática política e social, que não está



desvinculada do papel que o educador desempenha a partir de suas experiências. Ampliar esse olhar sobre a função da escola pública é estar a par da realidade dos fatos, no que tange aos objetivos e função do ensino brasileiro, assentadas em documentos e leis que orientam a educação no Brasil.

Libâneo e Oliveira e Toch (2012, p. 166) afirmam que “compreender a educação pública no Brasil supõe conhecer como se deram, historicamente, os embates entre os defensores da escola pública e as forças privatistas, presentes ao longo da história pública brasileira”. A história da educação pública no Brasil é um processo histórico cheio de significados relevantes, que nos últimos anos de ensino no Brasil constatou esse dualismo perverso e controverso presente na gestão de políticas públicas. Ao analisar e refletir sobre essa problemática compreende-se os ranços e avanços da escola público no Brasil.

### **O INÍCIO DAS HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: RATIO STUDIORUM**

O processo educacional no Brasil, se iniciou com a chegada dos portugueses ao território brasileiro e a instalação da Companhia de Jesus, que tinha como objetivo aculturar e catequizar os nativos. Esse período da educação no Brasil foi dominado pela pedagogia jesuítica: o Ratio Studiorum era o método pedagógico dos Jesuítas que se fundamentava na leitura das Sagradas Escrituras e tinha como líder o padre Manoel da Nóbrega. Saviani (2007, p. 50), afirma que a “Companhia de Jesus deu início à elaboração de um plano de estudos a ser implantado em todos os colégios da ordem em todo o mundo, o que ficou conhecido pelo nome Ratio Studiorum”.

Libâneo, Oliveira e Tochi (2012, p. 166) afirmam que “A gênese da educação brasileira ocorreu com a vinda dos jesuítas, que iniciaram a instauração, no ideário educacional dos princípios da doutrina religiosa católica, a educação diferenciada pelos sexos e a responsabilidade da família com a educação.”

O ensino, nesse período, atendia os interesses de Portugal, o método de educação, Ratio Studiorum, caracterizava-se como um modelo de educação excludente, pois os jesuítas não valorizavam a cultura indígena e a excluía do processo de educação, cabendo aos índios apenas o trabalho escravo e a leitura das letras, com o objetivo de fazê-los ler as Sagradas Escrituras. (ROCHA, 2010).

Para Ribeiro (2007, p. 22) “não tinha, inicialmente, de modo explícito, a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse à população indígena e o outro a população “branca” exclusivamente.”

Sabe-se que o modelo de educação jesuítica era apoiado pelo rei de Portugal e ia ao encontro dos interesses capitalistas da coroa. Ao usar a educação como meio de manipular e catequizar os índios, os jesuítas forjam um modelo de educação centrado no autoritarismo, na ordem e na tradição, modelo este, copiado até os dias atuais. Segundo Paiva (2012, p. 137), “No século XVI, o pensar era fundamentalmente religioso”. A hegemonia do poder dominador é um fato real desde os primórdios da educação até os dias atuais. É um método tão antigo quanto novo. Atrelar a educação a religião foi um modelo de educação, imposto pelos jesuítas, com o propósito de controlar o conhecimento e sujeitar o ensino à hierarquia, tradições, a um tempo e um espaço. Ribeiro (2007, p. 18) descreve essa política de educação dos portugueses como sendo “...a organização escolar no Brasil-Colônia está, como não poderia deixar de ser estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses.” O poder político e econômico estava centrado na monarquia, o objetivo dos colonizadores era o lucro e a educação, um mecanismo de manipulação. (RIBEIRO, 2007). Hierarquia e educação andam juntas no país: velada ou escancarada, com fins sociais, políticos ou pedagógicos. Educação e política sempre trilharam o mesmo caminho, porém por viés opostos.

## **AS HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO, NO BRASIL, NOS ÚLTIMOS ANOS: DUALISMO PERVERSO**



As desigualdades socioeconômicas, tão acentuadas em nosso país, estão presentes nos espaços escolares em todos os níveis, etapas e modalidades. A organização e estrutura do trabalho pedagógico na escola é garantida por meio de documentos, como: Leis de Diretrizes e Base, (LDB, 1996) Constituição Nacional, Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), Diretrizes Curriculares de Educação Básica Brasileira (2013). Todos esses documentos organizam e sistematizam a educação brasileira, dando um suporte legal a todas as dimensões que envolvem a educação.

A Constituição Federal (2011) garante que a educação é um direito de todos e tanto o estado como a família devem proporcionar e promover oportunidades que contribuam para o desenvolvimento pleno dos estudantes, bem como, prepará-los para o trabalho. (BRASIL, 1998).

Embora a educação esteja amparada por documentos, citados no decorrer deste artigo, que norteiam o seu propósito, como sendo o ponto de partida do desenvolvimento amplo dos indivíduos, é questionável o porquê de a educação causar tanta separação entre classes sociais e explicitar de maneira cruel a segregação causada na prática, no dia a dia, dentro das escolas públicas. Libâneo, Oliveira e Tochi (2012) afirmam sobre as diferentes concepções da escola, que:

Sendo a escola uma instituição social, é necessário sempre considerar que as concepções estão vinculadas a necessidades e demandas do contexto econômico, político, social e cultural de uma sociedade e a interesses de grupos sociais. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOCHI, 2012, p. 239)

Admitir que a educação pública, também é um meio de manobra política, não se trata de diminuir o seu valor na vida dos educandos, mas aceitar que por ser tão fundamental ao desenvolvimento social e cultural do ser humano, a educação pode também ser tão excludente quanto abrangente.

Para Sociologia da Educação (2008, p. 102) “A educação também está respondendo às necessidades de uma economia de mercado, cada vez mais globalizada e mais excludente”. A ideia de escola para todos tem deixado

cicatrizes profundas na classe social com menos recursos financeiros, pois o anseio que o estado assumiu em oferecer uma educação que atenda às necessidades de trabalho e sobrevivência imediata dos mais pobres, tem reforçado a cada dia a função da escola de acolher os excluídos, mesmo que não os inclua, mas que tão somente atenda suas necessidades imediatas.

Ao privar os estudantes do acesso, dentro das escolas, ao conhecimento científico, a tecnologia e a cultura diversas, ratifica-se esse dualismo perverso: educação sem qualidade para todos que perfilam a educação pública. Libâneo (2004) associa a escola pública como sendo um espaço de encontros e convívios que proporcionam compartilhamentos entre as pessoas. Lugar de trocas e acolhimentos, do que um espaço para o desenvolvimento cognitivo. É fato que a realidade social que nossos alunos, em sua maioria, estão inseridos não permite ao estado, professores e gestores olhá-los como aprendentes desvinculados de suas necessidades básicas, não supridas pelo estado e pela família, mas também os ver como meros consumidores de assistencialismo é submeter a escola e educandos a um remedo de educação.

Para Silva, Carbalán (2009, p.16) “Numa sociedade dividida em classes, com o domínio de uns grupos sociais sobre outros ou sobre um conjunto da sociedade, é de esperar que isso aconteça, sendo a luta entre interesses antagônicos o modo dominante de fazer política.”

Contudo, onde sobrepuja esse modelo de educação e essa forma de fazer política a escola apresenta-se como um terreno de disputa, que ao longo dos anos a classe dominante tem utilizado esse recurso para manter a classe dominada sob seu controle. (SILVA, CARBALÁN, 2009).

Ao controlar o conhecimento, com a justificativa de saciar as necessidades mais urgentes dos educandos, as políticas públicas privam os alunos de adquirirem ferramentas, que de fato, lhes assegure formação básica e comum, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação. O conhecimento é libertador, insubstituível e transcendente. Submeter a





educação ao papel de atender demandas sociais é cooperar com o dualismo perverso da escola pública brasileira.

### **TEM A ESCOLA CONDIÇÕES RELATIVA DE PROJETAR UMA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR QUE ATENDA A FUNÇÃO BÁSICA DA ESCOLA: OFERECER ENSINO E APRENDIZAGEM DE QUALIDADE?**

A escola, de fato, tem condição relativa de organizar o trabalho pedagógico. Essa condição é relativa porque a escola não é uma instituição com total autonomia. A organização pedagógica e administrativa, de uma instituição escolar pública, submete-se a diretrizes, normas e leis pré-estabelecidas por entidades legais do país.

Contudo, o estado tem oferecido ferramentas à escola que dão autonomia a professores, gestores e comunidade para construir uma educação com mais significado e poder de decisão, claro, dentro de uma esfera possível e aceitável pelo estado.

Brasil (2013) faz a seguinte declaração:

A autonomia da escola numa sociedade democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão particular das metas da tarefa de educar e cuidar. Das relações de independência, da possibilidade de fazer escolhas visando a um trabalho educativo eticamente responsável, que devem ser postas em prática nas instituições educacionais, no cumprimento do artigo 3º da LDB, em que vários princípios derivam da Constituição Federal. Essa autonomia tem como suporte a Constituição Federal e o disposto no artigo 15 da LDB: os sistemas de ensino asseguraram às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 2013, p. 47)

A escola junto à comunidade tem autonomia para construir sua identidade, essas características peculiares de cada escola devem estar evidenciadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no regimento escolar próprio. Cabe à escola considerar sua identidade e necessidades locais e articular planos que viabilizem ensino e aprendizagem de qualidade para todos. Na construção do PPP a ideia de currículo e conhecimento escolar deve considerar os temas relevantes da realidade onde a unidade escolar está inserida. (BRASIL, 2013).

É papel da escola estreitar os vínculos da escola com a comunidade e alunos, é a escola que conhece as necessidades e anseios da clientela que atende. Apesar das limitações da escola, dentro de um contexto geral, ainda lhe é permitido mediar, adaptar e tornar o conhecimento funcional, apesar da função assistencialista que o Estado vem submetendo a educação, cada vez mais a cada ano que passa.

A escola é lugar de democracia. Promover o conhecimento ainda é, e deve ser, obrigação primordial. A escola está, até certo ponto, engessada por leis, decretos e documentos, mas ainda lhe cabe o dever de romper barreiras e promover a educação.

De acordo com Silva, Carbolán (2009, p. 14) “não se trata, portanto, de associar ou não a educação escolar com a política: esta já está implícita na ação da escola, que, longe de universal, numa sociedade de classes, atende aos interesses dos grupos dominantes.”

Há a necessidade de a escola desarticular os interesses da classe que detém o poder para promover uma escola que prima o conhecimento, a cultura e a inclusão dos excluídos ao mundo da tecnologia e da ciência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho realizou uma análise reflexiva sobre a trajetória da organização da educação básica no Brasil, com o propósito de conhecer os caminhos que a educação brasileira trilhou desde a chegada dos jesuítas ao Brasil até os dias atuais.

Por meio da análise de artigo e livros, que discorrem sobre o tema, percebe-se que a organização da escola básica no Brasil, desde o seu início, com a chegada da Companhia de Jesus, até o presente momento, preocupasse em atender aos interesses da classe dominante, ou seja, educação de qualidade para os ricos e educação focada no assistencialismo para os pobres. Entende-se que a educação em nosso país, em qualquer período, sempre assumiu o papel de valorizar a classe dominante: lhe oferecendo uma



educação embasada na ciência, na tecnologia e no conhecimento, em contrapartida, aos excluídos, a classe dominada, que está à margem da sociedade, décadas após décadas, recebem uma educação voltada ao atendimento as necessidades de sobrevivência e convivência, negando sua função primordial que é a de oferecer ensino de qualidade.

Essa desigualdade no atendimento aos estudantes de escola pública, comparando com a educação privada, deve-se a prática massificada, ao longo dos anos, de que educação obedece a uma hierarquia, com prioridades separadas da função da escola de proporcionar educação para todos com qualidade.

Ao explorar o vasto material bibliográfico, sobre o tema em questão, constata-se o quanto é relevante adquirir conhecimentos sobre a organização do trabalho pedagógico na educação básica do Brasil e compreender as questões políticas e socioeconômicas que permeiam a educação pública em nosso país.

## **REFERÊNCIAS**

ARANHA, M.L. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil**. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Moderna, 2006.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal 1988.

**BRASIL**. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASÍLIA: MEC, 2001. **BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 – Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Básica**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo. Cortêz – 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2012.

PAIVA, J.M. de. **Religiosidade e Cultura Brasileira: séculos XVI-XVII**. Maringá: Eduem, 2012.



RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar** – 20. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção Memória da Educação)

SILVA, M.V.; CORBALÁN, M. A. **Dimensões políticas da educação contemporânea**. In Maria Vieira Silva, Maria Alejandra Corbalán. Editora Alínea, Campinas, SP, 2009.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **A educação pública antes da independência**. In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e desenvolvimento. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.